



MATRIZ DE PLANEJAMENTO DE AUDITORIA NA SEMEF

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;">  <div style="text-align: center;"> TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE AUDITORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO </div>  </div>					
MATRIZ DE PLANEJAMENTO					
Fiscalização nº					
Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação					
Objetivo Geral da Auditoria: Avaliar a performance e conformidade da tecnologia da informação e contratação de TIC					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes das Informações	Procedimentos	Limitações	Possíveis achados
Questão 1 – (Contratação de TIC) A Câmara Municipal de Manaus possui Plano Estratégico de TIC (PETI)? Caso sim, foi divulgado?	Plano Estratégico Institucional (PEI) Plano Estratégico de TIC Evidência da publicação do PETI no âmbito interno Documento da última avaliação e monitoramento do PETI	Boletins Internos Diário Oficial Intranet	1. Verificar se há documento formalizando o PETI; 2. Verificar se há evidência de publicação do PETI no âmbito interno; 3. Verificar se há evidências de que o PETI é acompanhado e avaliado regularmente;	A auditoria deve se limitar aos aspectos da TI, sem adentrar no planejamento institucional.	Plano Estratégico de TIC (PETI) – Inexistência Plano Estratégico de TIC (PETI) – não alinhado ao PEI Plano Estratégico de TIC (PETI) divulgado/ inexistência de divulgação Comitê ou Comissão de TIC – inexistência/

<p>Questão 2 – (Contratação de TIC) Há processo de trabalho formal para a contratação de bens e serviços de TI?</p>	<p>Processo de trabalho formal para a contratação de bens e serviços de TI.</p> <p>Evidência da aprovação e publicação do processo de trabalho formal para a contratação de bens e serviços de TI.</p>	<p>Boletins Internos</p> <p>Diário Oficial</p> <p>Intranet</p>	<p>1. Verificar se há documento formalizando o processo de trabalho para contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>2. Verificar se há evidência de aprovação e publicação do processo de trabalho;</p> <p>3. Verificar se o processo de contratação de bens e serviços de TI especifica as etapas, os responsáveis e os produtos para a elaboração: dos estudos técnicos preliminares; do projeto básico ou termo de referência; do edital; e da minuta do contrato;</p>		<p>Processo de Contratação de TI – Inexistência.</p>
<p>Questão 3 – (Contratação de TIC) Antes das contratações de TI são realizados os estudos técnicos preliminares?</p>	<p>Processo de trabalho formal para a contratação de bens e serviços de TI</p> <p>Documentos de processos licitatórios de TI</p> <p>Especificação de estudos técnicos preliminares</p>	<p>Boletins internos</p> <p>Processos de licitação de TI</p> <p>Lei 8.666/93</p>	<p>1. Verificar os procedimentos preconizados pelo processo de trabalho formal de contratação de bens e serviços de TI e comparar com os documentos de referência;</p> <p>2. Verificar em contratações já realizadas se possuem no mínimo:</p> <p>análise de viabilidade (definição de requisitos,</p> <p>pesquisa no mercado das opções disponíveis,</p> <p>definição da solução a ser adquirida) e estratégia da contratação (estimativa de preços baseada em</p>		<p>Estudos Técnicos Preliminares – inexistência/deficiências no Processo de Contratação de TI</p>

			pesquisa de preços no mercado, definição dos termos contratuais, definição de sanções, definição do modelo de contratação, definição de critérios de habilitação e julgamento das propostas, e mecanismos de gestão contratual).		
Questão 4 – (Contratação de TIC) Há controles que garantam que os Termos de Referência ou Projetos Básicos das contratações de TI são elaborados a partir dos estudos técnicos preliminares e têm o conteúdo mínimo esperado?	<p>Processo de trabalho formal para a contratação de bens e serviços de TI</p> <p>Estudos Técnicos Preliminares de processos licitatórios de TI</p> <p>Projetos Básicos ou Termos de Referência</p> <p>Especificação de conteúdos mínimos de projeto básico ou termo de referência</p>	<p>Boletins internos</p> <p>Processos de licitação de TI</p> <p>Lei 8.666/93</p>	<p>1. Verificar o conteúdo mínimo para Projeto Básico ou Termo de Referência definido pelo processo de trabalho formal de contratação de bens e serviços de TI e comparar com os documentos de referência;</p>		<p>Termos de Referência ou Projetos Básicos – elaborados sem estudos técnicos preliminares</p> <p>Termos de Referência ou Projetos Básicos – deficiências</p>
Questão 5: (Contratação de TIC) O modelo de seleção de fornecedor atende aos requisitos legais?	<p>Descrição e especificação do objeto</p> <p>· Autorização para licitação ou contratação direta · Justificativa da contratação Direta.</p>	<p>Processos de licitação de TI</p>	<p>Verificar a legalidade das contratações diretas:</p> <p>1. Verificar se foi caracterizado o perfeito enquadramento nos artigos 24 ou 25 da Lei 8.666/93, inclusive:</p> <p>a) a justificativa da escolha do fornecedor ou executante.</p> <p>b) a justificativa de preço que evidencie a razoabilidade dos preços contratados; Verificar a</p>		<p>Modelo de seleção do fornecedor – falhas na contratação direta</p> <p>· Modelo de seleção do fornecedor - contratação direta indevida</p> <p>· Modelo de seleção do fornecedor - opção indevida por tipo técnica e preço, em detrimento do pregão</p> <p>· Estimativa de preços - DFP do orçamento-base - ausência/falhas</p> <p>· Estimativa de preço - ausência/falhas</p>

			<p>legalidade da escolha da modalidade/ tipo da licitação:</p> <p>1. Caso não tenha sido optado pela realização da licitação sob a modalidade pregão, verificar se o objeto é comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002 e, portanto, obrigatória a utilização da modalidade pregão.</p> <p>· Verificar se a estimativa de preços está suficientemente fundamentada e detalhada:</p> <p>1. Verificar se foram pesquisadas diversas fontes para a composição dos preços, como por exemplo:</p> <p>Cotação específica com fornecedores; Avaliação de contratos recentes ou vigentes; Pesquisa em bases de sistemas de compras; Consulta a outros órgãos; Ofertas de Registros de Preço; Analogia com compras privadas; Pesquisa em catálogos de fornecedores; Internet;</p>		
--	--	--	--	--	--

<p>Questão 6: – (Contratação de TIC) O modelo de gestão do contrato utilizado atende aos requisitos legais e contribui para a boa gestão contratual?</p>	<p>Documento de designação do fiscal</p> <ul style="list-style-type: none"> · Documento de designação do preposto · Descrição e especificação do objeto · Valor previsto na contratação · Cláusula de garantia · Cláusulas de penalidades · Boas práticas em gestão Contratual <p>Sistema de Gestão de Contratos Manual de Gerenciamento de Contratos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de licitação de TI • Acordo de nível de serviço (SLA) • Relatórios de monitoramento do nível de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se a fiscalização é integrada por representantes da área de TI, do negócio e da área administrativa • Verificar se há fiscal formalmente designado (Lei 8666, art. 67). • Há análise/ opinião da área de TI sobre a contratação de serviços de TI; (Decreto n.º 36.218/ 2015 - Art. 27, inciso IV – Regimento Interno SEFAZ) • Há acordo de nível de serviço (SLA)? • Verificar se a ação apropriada é tomada quando as disposições do contrato de nível de serviço não são atendidas 		<p>Não há contrato formalizado</p> <p>Não há fiscal designado</p> <p>Não há preposto designado</p> <p>Não há acordo de nível de serviço formalizado.</p> <p>Não há análise/opinião da área de TI</p> <p>Falha na fiscalização contratual</p>
<p>Questão 7: – (Transparência) – Acesso a Informação) O Portal da Transparência está atualizado?</p>	<p>Endereço do Portal da Transparência.</p>	<p>Acesso ao Portal da Transparência do Governo do Estado</p>	<p>Internet</p>	<p>Inexistência de informação</p>	<p>Informações divulgadas no Portal da Transparência – inexistência ou desatualizada.</p>
<p>Questão 8: - (LGPD) Os dados pessoais são utilizados somente para a função do serviço público conforme art. 7º da Lei 13.709/2018?</p>	<p>Destinação dos dados</p>	<p>Banco de dados</p>	<p>Inspeção lógica</p>	<p>Impossibilidade de acesso aos sistemas.</p>	<p>Os dados pessoais são utilizados em atividades estranhas ao Órgão.</p>

Questão 9: - (LGPD) Existe uma estrutura na SEMEF com atribuições para gerir proteção de dados?	Lista de setores e suas atribuições	Organograma	Inspeção documental	Impossibilidade de acesso aos sistemas.	Não existe um setor específico para tratar de LGPD.
Questão 10: - (LGPD) Acontece a eliminação de dados pessoais após atingir a finalidade, conforme art. 7º da Lei 13.709/2018?	Dados estatísticos	Banco de dados	Inspeção documental e lógica.	Impossibilidade de acesso aos sistemas.	Não acontece eliminação de dados após uso.